



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
Gabinete da Presidência

**RESOLUÇÃO Nº 20/2025**

*Programa de Integridade do Poder Judiciário do  
Estado da Paraíba.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** a edição da [Lei nº 12.846/2013](#), denominada Lei Anticorrupção, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** as disposições relativas ao programa de integridade tratadas no [Decreto nº 8.420/2015](#), que regulamentou a [Lei nº 12.846/2013](#), e no [Decreto nº 9.203/2017](#), que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

**CONSIDERANDO** a relevância da integridade para a governança pública, salvaguardando o interesse público e reforçando valores fundamentais como o compromisso com uma democracia pluralista baseada no estado de direito e no respeito dos direitos humanos;

**CONSIDERANDO** as normas gerais para instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário, previstas na [Resolução nº 410/2021](#), do Conselho Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** que há riscos de integridade decorrentes da interação na esfera pública e a obrigação da Administração de minorá-los;

**CONSIDERANDO** a adesão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que tem o objetivo de contribuir para a redução dos níveis de fraude e corrupção no Brasil;

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Resolução institui o Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado, com o propósito de disseminar e implementar a cultura de integridade e promover medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, bem como à correção das falhas sistêmicas identificadas.

**Art. 2º** Para os fins desta Resolução, considera-se:

I - integridade pública: alinhamento consistente e adesão a valores, princípios e normas éticas comuns que sustentam e priorizam o interesse público sobre os interesses privados no setor público;

II - processos e funções de integridade:

a) promoção da ética e de regras de conduta para servidores;

b) promoção da transparência ativa e do acesso à informação, observado o disposto na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#);

c) tratamento de conflitos de interesses, observando a [Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013](#), no que couber às atividades do Poder Judiciário do Estado;

d) tratamento do nepotismo, considerando a [Súmula Vinculante STF nº 13, de 21 de agosto de 2008](#);

e) tratamento de denúncias;

f) verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria;

g) implementação de procedimentos de responsabilização, observadas a [Lei Complementar Estadual nº 58, de 30 de dezembro de 2003](#), e a [Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III – Plano de Integridade do Poder Judiciário do Estado: documento que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período.

**Art. 3º** As normas gerais e específicas relativas aos processos e funções de integridade, emanadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado, são consideradas como parte integrante do programa a que se refere esta Resolução.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS OBJETIVOS, EIXOS FUNDAMENTAIS DE ATUAÇÃO E DIRETRIZES**

**Art. 4º** Constituem objetivos do Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado:

I - fomentar ambiente íntegro e confiável, alinhado aos valores éticos compartilhados pela sociedade;

II - incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração, para estimular e orientar o comportamento dos agentes públicos, em conformidade com suas funções e atribuições;

III - promover ações de comunicação e treinamento dos agentes públicos para internalização da cultura de integridade institucional;

IV - fomentar a ação conjunta das unidades de integridade com as unidades organizacionais;

V - fomentar o uso dos canais de denúncia e de representação sobre desvios éticos, ilícitos administrativos, fraude e corrupção;

VI – promover a prevenção, a detecção, a remediação e a punição às ocorrências de violação de integridade.

**Art. 5º** O Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado tem os seguintes eixos fundamentais de atuação:

I - comprometimento e apoio explícito das instâncias internas de governança e gestão do Poder Judiciário do Estado;

II - definição e fortalecimento das instâncias de integridade responsáveis pela sua implementação e coordenação;

III - análise, avaliação e gestão dos riscos;

IV - monitoramento permanente, aprimoramento contínuo e capacitação.

**Art. 6º** São diretrizes do Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado:

I - comprometimento e engajamento pessoal da alta administração;

II - ampla e efetiva participação de membros e servidores em sua elaboração e consecução, a fim de neles gerar o devido senso de pertencimento ao Programa de Integridade;

III - aprimoramento do fluxo de informações relacionadas a denúncias, elogios ou sugestões, de modo a simplificar o canal de ingresso dessas comunicações e otimizar a análise e o encaminhamento do material recebido;

IV - gestão dos riscos de integridade, inclusive a avaliação do grau de risco de integridade nas contratações e convênios públicos;

V - tratamento e correção das falhas sistêmicas identificadas.

Parágrafo único. Na realização dessas diretrizes, deverão ser observados os seguintes limites:

I - independência funcional da magistratura;

II - normas que regulam a conduta de magistrados e servidores;

III - atribuições das Ouvidorias e das Corregedorias;

IV - independência e objetividade dos trabalhos da auditoria interna;

V - preservação da cadeia de custódia e do sigilo legal de dados e informações, bem como o seu tratamento responsável e supervisionado, conforme a [Lei nº. 13.709/2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados).

**Art. 7º** São elementos fundamentais que devem nortear o Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado:

I - governança pública;

II - transparência;

III - compliance;

IV - profissionalismo e meritocracia;

V - inovação;

VI - sustentabilidade e responsabilidade social;

VII - prestação de contas e responsabilização;

VIII - tempestividade e capacidade de resposta;

IX - aprimoramento e simplificação regulatória;

X - decoro profissional e reputação; XI - vedação ao nepotismo.

### **CAPÍTULO III DO PLANO DE INTEGRIDADE**

**Art. 8º** O Programa de Integridade será operacionalizado a partir de um Plano de Integridade, que contemplará as seguintes ações e medidas:

I - Padrões de ética e de conduta;

II - Comunicação e treinamento;

III - Canais de denúncias e ações de controle;

IV - Medidas disciplinares;

V - Ações de remediação e aprimoramento dos processos de trabalho.

§ 1º O Plano de Integridade de que trata o caput deste artigo deverá ser elaborado a partir do mapeamento de riscos de integridade e da avaliação das medidas de integridade existentes, com a finalidade de identificar vulnerabilidades no quadro de integridade do Poder Judiciário do Estado e propor medidas para sua mitigação.

§ 2º O Plano de Integridade contemplará, no mínimo, cronograma de execução das medidas, seus responsáveis e meios de monitoramento.

**Art. 9º** A elaboração, desenvolvimento e implementação do Programa e do Plano de Integridade do Poder Judiciário do Estado caberá às seguintes instâncias:

I - Alta administração, como instância decisória;

II - Gerência de Projetos e Gestão Estratégica, como instância operacional;

III - Gerência de Auditoria Interna, como instância consultiva e de avaliação independente do Programa.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo serão desempenhadas com a participação das demais unidades do Poder Judiciário do Estado.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10.** O Plano de Integridade do Poder Judiciário do Estado tem vigência de dois anos, a contar da publicação desta Resolução.

**Art. 11.** Deverão ser observados os dispositivos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que tratam do Programa de Integridade das empresas contratadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

**Art. 12.** Os casos não previstos nesta Resolução serão decididos pela Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba.

**Art. 13.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

Este texto não substitui a publicação no DJe em 25.04.2025.